

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2023

BASE TERRITORIAL: Estado do Maranhão, onde inexistir Sindicatos das Categorias Econômicas ou Profissionais do Comércio e de Serviços.

REPRESENTAÇÃO: Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Maranhão (FECOMERCIO-MA) e

Federação dos Empregados no Comércio e Serviços do Estado do Maranhão (FECOMERCIARIOS-MA).

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO que entre si celebram, de um lado a **FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DO MARANHÃO**, CNPJ nº 06.052.757/0001-05, localizada na Avenida dos Holandeses, S/N, quadra 24, Calhau, Condomínio Fecomércio/Sesc/Senac, Edifício Francisco Guimarães e Souza, CEP 65.071-380, São Luís/MA, neste ato representada por seu Presidente Sr. **MAURICIO ARAGÃO FEIJÓ**, CPF nº 011.962.863-53 e do outro lado a **FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO E SERVIÇOS DO ESTADO DO MARANHÃO**, CNPJ nº 12.526.067/0001-43, localizada à Rua dos Afogados, 199 – Centro, São Luís/MA, CEP 65010-020, neste ato representada por sua Presidente, a Sra. **Maria Lauzina Moraes**, CPF nº 269.001.063-15, conforme deliberação da categoria autorizada pelos respectivos órgãos competentes, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção abrange as Categorias legalmente representadas pelas Entidades convenientes, ficando assim, excluídas da Representação, as Categorias Econômicas e ou Profissionais se existir Sindicato legalmente constituído que as represente na base territorial do Município, de empregados ou de Empregadores.

Parágrafo Primeiro – Exclui-se, portanto, das relações de trabalho ora convencionadas, as Empresas e Empregados organizados em Sindicato nas seguintes bases territoriais: Açailândia; Bacabal; Barra do Corda; Caxias; Codó; Imperatriz; Pedreiras; Santa Inês; São Luís; Balsas; Timon; Parnarama e Matões; Pinheiro; Microrregião de Presidente Dutra e Chapada do Alto Itapecuru; Barão de Grajaú; Colinas; Dom Pedro; Fortuna; Gonçalves Dias; Governador Archer; Governador Eugenio de Barros; Governador Luís Rocha; Graça Aranha; Jatobá; Lagoa do Mato; Mirador; Nova Iorque; Paraibano; Passagem Franca; Pastos Bons; Presidente Dutra; São Domingos; São Francisco; São João dos Patos; São José dos Brasília; Senador Alexandre Costa; Sucupira do Norte; e Sucupira do Riachão. Microrregião de Chapadinha e do Baixo Parnaíba; Água Doce; Anapurus; Araiões; Belágua; Brejo; Buriti; Chapadinha; Magalhães de Almeida; Mata Roma; Milagres; Santa Quitéria; Santana do Maranhão; São Benedito do Rio Preto; São Bernardo e Urbano Santos. Coelho Neto; Duque Bacelar; Afonso Cunha e Aldeias Alta;

Bernardo e Urbano Santos. Coelho Neto; Duque Bacelar; Afonso Cunha e Aldeias Alta; Estreito e Região: Amarante; Buritirana; Carolina; Davinópolis; Estreito; Governador Edson Lobão; João Lisboa; Lajeado Novo; Montes Altos; Porto Franco; Ribamar Fiquene; São João do Paraíso; São Pedro dos Crentes e Senador La Roque. Lago da Pedra; Lagoa Grande; Marajá do Sena, Paulo Ramos e Vitorino Freire; São Jose de Ribamar; Paço do Lumiar e Raposa.

Parágrafo Segundo – As Empresas e Trabalhadores inorganizados em Sindicato, isto é, se não enquadrados na representação de nenhum Sindicato, ainda que estabelecidas nas bases territoriais de Sindicato da Categoria Econômica ou Profissional, é abrangida pela presente Convenção.

CLÁUSULA SEGUNDA – REAJUSTE SALARIAL

Os salários dos Empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho - CCT, nos termos da **Cláusula Primeira**, que percebem salários superiores ao Piso Salarial da Categoria na base territorial, respectiva, serão reajustados em **1º de Fevereiro de 2023**, aplicando-se os seguintes percentuais, sobre os salários de **novembro de 2021**, já reajustados:

- a) Para Empregados de Empresas que tenham no mês de novembro/2022, até 20 (vinte) Empregados no Estabelecimento e estejam instaladas no Interior do Estado do Maranhão, o reajuste de **6% (seis por cento)**;
- b) Para os demais Empregados abrangidos, na base territorial das Entidades Sindicais convenientes, o reajuste é de **7% (sete por cento)**.

Parágrafo Único – Os aumentos espontâneos ou decorrentes de antecipações, procedidos pelos Empregadores no período de **novembro/2021 a outubro/2022**, serão compensados, excetuando-se os aumentos relativos a implemento de idade, equiparação, término de aprendizagem, promoção e reclassificação, que não serão objeto de desconto.

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Fica estabelecido que a partir de **1º de fevereiro de 2023**, para os Empregados de Empresas instaladas no Estado do Maranhão, inorganizadas em Sindicato, o menor salário é o seguinte:

- a) Para os Estabelecimentos Comerciais ou de Prestação de Serviços, com até 20 (vinte) Empregados e instaladas no Interior do Estado do Maranhão, **R\$ 1.367,10 (Um mil, trezentos e sessenta e sete reais e dez centavos)**;
- b) Para os demais Empregados abrangidos, de Estabelecimentos instalados na base territorial das Entidades Sindicais convenientes, **R\$ 1.486,64 (Um mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e sessenta e quatro centavos)**.

Parágrafo Único – Durante a vigência da presente Convenção Coletiva, o salário dos Empregados integrantes da Categoria Profissional ora conveniente, no Estado do Maranhão, não poderá ser inferior ao salário-mínimo com os seguintes acréscimos:

a) Para os Estabelecimentos com até 20 (vinte) Empregados e instalados no Interior do Estado do Maranhão, acrescido de **5% (cinco por cento)**;

b) Para os demais Estabelecimentos abrangidos, instalados no Estado do Maranhão, acrescido de **10% (dez por cento)**.

CLÁUSULA QUARTA – VERBA INDENIZATÓRIA

Fica garantido aos empregados, o valor correspondente ao reajuste que deixou de ocorrer em face do ajuste da Convenção Coletiva ter acontecido somente em 1º de fevereiro de 2023, relativo aos meses de novembro, dezembro, 13º salário de 2022 e janeiro de 2023 ou férias, se for o caso, a título de verba indenizatória e será pago em até 03 (três) vezes, nos meses de fevereiro, março e abril de 2023.

CLÁUSULA QUINTA – QUEBRA DE CAIXA

Todo Empregado no exercício da função de “caixa” ou assemelhado receberá uma gratificação de **17% (dezesete por cento)** sobre o salário-base do operador, a título de quebra de caixa.

Parágrafo Primeiro – A conferência dos valores em caixa será realizada na presença do operador responsável, quando este for impedido pela Empresa de acompanhar a conferência, o caixa ou assemelhado ficará isento da responsabilidade de qualquer erro verificado.

Parágrafo Segundo – Fica assegurado ao Empregado que venha a exercer tal função eventualmente a remuneração do referido adicional de quebra-de-caixa proporcional ao número de dias que venha a exercê-lo.

CLÁUSULA SEXTA – HORA EXTRA

O serviço extraordinário será pago com adicional de **60% (sessenta por cento)**, exceto se compensado.

CLÁUSULA SÉTIMA – BANCO DE HORAS E COMPENSAÇÃO DE JORNADA

A jornada de trabalho diária dos Empregados poderá ser prorrogada, sem acréscimo de salário e adicional de hora extra, nas seguintes condições:

I – o excesso de horas for compensado com a diminuição em outro dia;

II – o período máximo de compensação não poderá exceder 06 (seis) meses, contados da realização do trabalho suplementar;

III – a jornada diária será de, no máximo, 10 (dez) horas;

IV – na hipótese de ao final do período de 06 (seis) meses, não tiver sido integralmente compensada a jornada extraordinária laborada, as horas extras não compensadas serão pagas com o valor da hora normal acrescido do respectivo adicional de horas extras previsto na clausula 6ª desta CCT,

V – caso o Contrato de Trabalho seja rescindido pelo Empregador ou pelo Empregado, sem que tenha ocorrido a compensação, integral ou parcialmente, da jornada extraordinária, o Empregador pagará as horas extras, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão, conforme dispõe a Cláusula Sexta;

VI – a Empresa fornecerá mensalmente ao Empregado, comprovante do seu banco de horas, discriminando o total da jornada trabalhada, sem prejuízo do registro diário do ponto;

VII – excepcionalmente para as Empresas que adotam escala de revezamento de segunda a domingo, fica autorizada a compensação do banco de horas nos domingos.

Parágrafo Único – É vedado levar à compensação, as horas trabalhadas nos feriados.

CLÁUSULA OITAVA – REMUNERAÇÃO DO COMISSIONISTA

Fica estabelecida a obrigatoriedade do pagamento do descanso semanal remunerado e feriados aos comissionistas calculados sobre a remuneração mensal.

CLÁUSULA NONA – HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO

Fica estabelecido que as Empresas comerciais neste ato representadas pelas Entidades das Categorias Econômicas ora convenientes poderão funcionar de segunda-feira a sábado, em regime de horário livre, obrigando-se as Empresas em relação aos seus empregados, a respeitarem a jornada semanal de **44 (quarenta e quatro) horas**, sendo que, em caso de prorrogação o máximo permitido é de 2(duas) horas diárias além da jornada e serão pagas como horas extras.

Parágrafo Primeiro – As Empresas representadas na presente Convenção Coletiva de Trabalho poderão funcionar aos domingos das **08h00** (oito horas) às **14h00** (quatorze horas);

Parágrafo Segundo – Para o funcionamento aos domingos, as Empresas implantarão sistema de modo a assegurar que nenhum empregado trabalhe mais do que dois domingos consecutivos;

Parágrafo Terceiro – A cada domingo trabalhado segue-se, necessariamente, um dia de descanso, a título de DSR, devendo ser concedido, no máximo, até 06 (seis) dias de trabalho consecutivo;

Parágrafo Quarto – O trabalho aos domingos será pago com acréscimo de **100% (cem por cento)** sobre o valor da hora normal.

CLÁUSULA DÉCIMA – TRABALHO EM FERIADOS

Fica facultado a todas as Empresas abrangidas por este instrumento de CCT, o trabalho nos feriados federais, estaduais e municipais, à exceção dos dias feriados de **25 de dezembro, 1º de janeiro, 1º de maio, Sexta-Feira Santa e no Dia do Comerciário.**

Parágrafo Primeiro – O trabalho nos feriados, será considerado extraordinário e pagos com acréscimo de **100% (cem por cento)** sobre o valor da hora normal e receberá, ainda, o empregado que assim trabalhar, a título de gratificação, o valor de **R\$ 40,00** (quarenta reais);

Parágrafo Segundo – As Empresas que vinham pagando a gratificação de que trata o Parágrafo Primeiro em valores superiores em face de Acordos Coletivos os manterão;

Parágrafo Terceiro – Fica expressamente proibido compensar qualquer dia de trabalho com folga, em razão do trabalho nos feriados de que trata o “caput” desta cláusula;

Parágrafo Quarto – As partes estabelecem que a gratificação a ser paga ao Empregado que trabalhar em dias de feriados poderá ocorrer ao final do dia trabalhado ou por ocasião do pagamento do respectivo mês e não integra a remuneração do Empregado, não se incorpora ao contrato de trabalho e não constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário;

Parágrafo Quinto – Pelo funcionamento, conforme especificada, a Empresa recolherá a Fecomerciários a importância de **R\$ 10,00** (dez reais) por Empregado que neste dia for convocado para o trabalho, destinado a cobrir despesas administrativas da Entidade Sindical. O valor correspondente que será depositado na conta da Fecomerciários, Agência 2617, conta corrente 46178-4, Banco Bradesco;

Parágrafo Sexto – As Empresas que vinham pagando os valores de que trata o Parágrafo Quinto superiores em face de Acordos Coletivos os manterão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – QUITAÇÃO DAS VERBAS RESCISÓRIAS

O pagamento das parcelas constantes do instrumento de Rescisão ou recibo de quitação quando for o caso, deverão ser efetuados até o **10º (décimo)** dia, contado da data da notificação da demissão quando da ausência do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento, sob pena do pagamento de multa de 2% (dois por cento), por dia de atraso sobre o total da quitação, sem prejuízo da multa de que trata o § 8º, do art. 477, da CLT, limitada a cominação ao valor da obrigação principal, salvo se o empregado comunicado através de carta com aviso de recepção não comparecer para o recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – QUITAÇÃO ANUAL

É facultado às Empresas promoverem, junto a Federação Laboral, a quitação anual de obrigações trabalhistas, na forma prescrita na lei vigente e mediante apresentação de documentos solicitados pela Federação Profissional. Pelo serviço prestado, a Empresa ressarcirá a Federação Laboral o valor de **R\$ 60,00 (sessenta reais)**, por cada trabalhador, para fazer face as despesas com o procedimento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

“O empregado substituto fará jus ao mesmo salário base do substituído, enquanto perdurar a substituição, sem, entretanto, considerar quaisquer vantagens pessoais e desde que essa substituição seja por período igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único – Se a substituição for inferior a 30 (trinta) dias e superior a 15 (quinze) dias, o salário substituição será pago proporcionalmente aos dias trabalhados nessa condição.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CÁLCULO DAS FÉRIAS, AVISO PRÉVIO E 13º SALÁRIO
O cálculo das férias, aviso prévio e 13º salário levará em conta, além do salário-base, o valor médio das comissões dos últimos três meses.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – MORA SALARIAL

O pagamento dos salários quando houver sido estipulado por mês, deverá ser efetuado, o mais tardar, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, sob pena do pagamento de 0,3% (zero vírgula três por cento), por dia de atraso, diretamente ao empregado, sobre o total da remuneração devida, limitada a cominação ao valor da obrigação principal, salvo quando, comprovadamente, o trabalhador der causa a mora.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA – ADICIONAL NOTURNO

O adicional noturno relativo ao trabalho compreendido entre às 22:00h e 05:00h, será de 30% (trinta por cento).

CLÁUSULA DECIMA SÉTIMA – ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

As Empresas ficam obrigadas a conceder adicional de insalubridade aos seus Empregados que, eventualmente, trabalhem em locais caracterizados como insalubres, de acordo com o previsto no art. 190 da Consolidação das Leis do Trabalho, e as normas regulamentares expedidas pelo órgão competente, mediante perícia técnica comprobatória (Processo TST RR nº 903-53.2017.5.08.0014), observando-se o grau de insalubridade ali determinado, nos termos da legislação em vigor, com acréscimo de 10% (dez por cento), 20% (vinte por cento) ou 40% (quarenta por cento) do Salário Mínimo, conforme o caso.

Parágrafo Primeiro – Não haverá acúmulo do adicional de insalubridade com o de periculosidade, devendo o Empregado optar por receber o adicional que melhor lhe convier;

Parágrafo Segundo – Cessada a condição insalubre, devidamente comprovada de acordo com o previsto no art. 191 da Consolidação das Leis do Trabalho, o adicional de insalubridade não será mais devido.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

O Adicional de Periculosidade, de 30% (trinta por cento) sobre o salário base do empregado, será pago na conformidade da legislação laborista, aos que exercem funções em atividades consideradas perigosas, tais como: manuseio, acondicionamento e armazenamento de materiais radioativos; manuseio e armazenamento de explosivos; processamento e armazenagem de gás liquefeito e outras hipóteses contempladas nas legislações em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – REGISTROS NA CTPS

As Empresas serão obrigadas, nos termos da Legislação Trabalhista, a efetivar os registros na(s) CTPS(s) do(s) seu(s) empregado(s) comissionistas, especificando a atividade ou função, o percentual da respectiva comissão e o salário fixo quando houver.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – QUADRO DE HORÁRIO

O Horário de Trabalho constará de Quadro afixado pela Empresa, em lugar visível, inclusive nas Microempresas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – COMPROVANTE DE PAGAMENTO

Os estabelecimentos comerciais com mais de 10 (dez) empregados fornecerão, mensalmente, contracheques de pagamentos, nos quais constem discriminadamente, as verbas, inclusive os valores referentes aos depósitos do FGTS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – ATESTADO MÉDICO E ODONTOLÓGICO

Os atestados médicos e odontológicos emitidos por profissionais habilitados e credenciados pela Fecomercários, serão reconhecidos pelas Empresas empregadoras que não possuam esses serviços, desde que no documento conste a causa do afastamento do empregado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – EXAME MÉDICO DEMISSIONAL

A ausência de Atestado de Saúde Ocupacional – ASO demissional, por decisão do próprio trabalhador de não o realizar, tendo sido convocado para o cumprimento dessa obrigação legal, e considerando que o Empregador não dispõe de meios para obrigar um Empregado em processo de demissão a cumprir as suas recomendações, não invalida o Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, bem como presumir-se-á que o colaborador está apto para a demissão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – VALE-TRANSPORTE PARA OS EMPREGADOS

As Empresas ficam obrigadas a fornecer de forma antecipada e na quantidade necessária, o vale-transporte nos termos da lei, para atender a locomoção dos Empregados aos locais de trabalho e ao plantão e de retorno ao respectivo domicílio, podendo descontar dos Empregados o valor gasto, até o limite de 6% (seis por cento) do valor do salário-base.

Parágrafo Primeiro – As Empresas fornecerão os vales-transportes aos Empregados ou o valor correspondente em moeda corrente, tendo em vista as dificuldades com a sua compra, inclusive a ocorrência de roubos e assaltos, sendo que, pago em espécie será como reembolso de parte das despesas decorrente de deslocamento do Empregado em razão do serviço, conforme previsto em lei, não caracterizando salário “in natura”, enquadrando-se na previsão do § 2º, do art. 457 da CLT.

Parágrafo Segundo – As Empresas que fornecerem gratuitamente o almoço, concederão, somente 2 (dois) vales-transportes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – UNIFORMES, CALÇADOS E MAQUIAGEM

Os empregadores fornecerão, gratuitamente, aos seus empregados, os uniformes, calçados e maquiagem, ou qualquer vestimenta ou adorno especial, quando o seu uso for necessário ou exigido.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – EMPREGADO ESTUDANTE

Fica assegurado aos empregados estudantes, o direito de aceitarem ou não as prorrogações da jornada de trabalho, uma vez que se comprove que tais prorrogações prejudiquem suas atividades escolares.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SETIMA – CURSOS E REUNIÕES

Fica estabelecido que os Cursos e Reuniões de iniciativa do empregador, deverão ser realizados durante a jornada de trabalho ou se fora do horário normal mediante pagamento de horas-extras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – ABONO DE FALTA AO ESTUDANTE

Fica assegurado o abono de falta ao estudante empregado nos dias de exames vestibulares e supletivos, devendo ser comunicado ao empregador com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas e posterior comprovação em 5 (cinco) dias.

CLÁUSULA VIGESIMA NONA – ABONO DE FALTA AO COMERCIÁRIO

Fica estabelecido o abono de até 2 (duas) faltas do empregado no caso de necessidade de acompanhamento de cônjuge ou filhos de até 14 (quatorze) anos de idade, em caso de cirurgia, mediante apresentação de comprovantes.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – FALTA SEM PREJUÍZO DO SALÁRIO

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

- a) até 2 (dois) dias consecutivos, em caso de falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua CTPS, viva sob sua dependência econômica;
- b) até 3 (três) dias consecutivos, em virtude de casamento;
- c) por 5 (cinco) dias consecutivos, o pai, em caso de nascimento do filho no decorrer da primeira semana.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DISPENSA DE AVISO PRÉVIO

O Empregado fica dispensado do cumprimento do prazo de aviso prévio, recebido ou concedido, desde que apresente ao Empregador, até dois dias antes do ato rescisório, documento que comprove que obteve novo emprego, recebendo este tão somente os dias trabalhados.

Parágrafo Primeiro – A comprovação do novo emprego, no período do aviso prévio, somente será admitida se constar do documento comprobatório os dados do futuro Empregador, inclusive número do Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ), com identificação do seu representante legal;

Parágrafo Segundo – Caso o Empregador se negue a receber e recibar a comunicação de novo emprego, o Empregado poderá demonstrar o cumprimento da obrigação em realizar a comunicação através de carta registrada;

Parágrafo Terceiro – Havendo dispensa do cumprimento do aviso prévio, esta ocorrência deverá ser encaminhada por escrito.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – CONTROLE DE FREQUÊNCIA E HORÁRIO

É obrigatória a utilização de qualquer controle de jornada aceito pela legislação em vigor, para o efetivo controle do horário de trabalho nas Empresas com mais de **20 (vinte)** Empregados ou naquelas que adotem o banco de horas, para que se possibilite o real pagamento ou compensação das horas extraordinárias.

Parágrafo Único – As Empresas poderão adotar sistemas alternativos de controle de jornada de trabalho, conforme regramento fixado na Portaria MTE nº 373/2011.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

O pagamento dos salários será efetuado em dia útil e no local de trabalho, dentro do horário de serviço.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – HORA-EXTRA DOS COMISSIONISTAS

As comissões de venda integram o salário-base para efeito do pagamento do adicional das horas-extras aos comissionistas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – DESVIO DE FUNÇÃO

É vedada a utilização de empregados em serviços para os quais não foram contratados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – INTERVALO PARA REPOUSO OU ALIMENTAÇÃO

Fica garantido pela presente Convenção Coletiva, aos empregados que tenham trabalho contínuo, cuja duração exceda a seis horas, a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, que poderá ser de 1 (uma) a 3 (três) horas.

Parágrafo Único – Aos Empregados com jornada de trabalho de seis horas diárias fica garantido um descanso de 15 (quinze) minutos para o lanche.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SETIMA – TOLERÂNCIA SOBRE ATRASO AO SERVIÇO

Na conformidade do que dispõe a CLT, no seu art. 58, § 1º, não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo diário de dez minutos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – CONTRATO DE TRABALHO–GRUPO ECONÔMICO

A prestação de serviços a mais de uma Empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho, não caracteriza a coexistência de mais de um contrato de trabalho.

CLÁUSULA TRIGESIMA NONA – REFEITÓRIO

Nos estabelecimentos que tenham número igual ou superior a **90 (noventa)** empregados, fica assegurado um local adequado para que os empregados possam fazer suas refeições.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA – CRECHE

Nos estabelecimentos em que trabalharem pelo menos **30 (trinta) mulheres** com mais de dezesseis anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação, até o sexto mês de vida da criança.

Parágrafo Primeiro – Fica facultado o Convênio com creches;

Parágrafo Segundo – As Empresas poderão optar por cumprir a obrigação, mediante a concessão do abono correspondente a **R\$ 139,10** (cento e trinta e nove reais e dez centavos) por mês, por cada filho, a contar do retorno da mãe da Licença Maternidade;

Parágrafo Terceiro – O abono de que trata o **Parágrafo Segundo** não integra a remuneração da Empresa, não se incorpora ao Contrato de Trabalho e não constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – AMAMENTAÇÃO

É garantido à mulher, no período de amamentação do próprio filho, até que ele complete 6(seis) meses de idade, durante a jornada de trabalho, **2 (dois) descansos** especiais de **40 (quarenta) minutos** cada um.

Parágrafo Único – O direito de que trata a Cláusula poderá ser aglutinado, a critério da mulher, em um único período de uma hora e vinte minutos, desde que coincida com o início ou com o fim da Jornada de Trabalho, ficando condicionado a sua concessão ao requerimento do benefício pela mãe empregada por escrito, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – JORNADA DE TRABALHO DE 36 HORAS

As Empresas com jornada de trabalho de 36 (trinta e seis) horas semanais, que desejarem prorrogar o horário de trabalho de seus Empregados poderão fazê-lo até o

limite de 2 (duas) horas como previsto na **Cláusula Nona** desta Convenção e será pago o acréscimo como horas extras com o percentual de que trata a **Cláusula Sexta**.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA – FALTA DO COMISSIONISTA

Fica proibido o desconto de falta na parte relativa às comissões do empregado comissionista, ficando, entretanto, a faculdade do desconto de seu repouso remunerado, caso sua jornada semanal de trabalho não atinja as **44 (quarenta e quatro) horas**.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA – CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL LABORAL

Considerando o que dispõe a Nota Técnica nº 02, de 26 de outubro de 2018, expedida pela Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical do Ministério Público do Trabalho, fica instituída a Contribuição Negocial Laboral;

Parágrafo Primeiro - Por deliberação da Assembleia Geral da entidade sindical profissional, para a qual foram convocados todos os filiados das Empresas abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, descontarão, no mês de fevereiro de 2023, **3% (três por cento)** e no mês de julho de 2023, **3% (três por cento)**, de todos os trabalhadores que exercem as atividades representadas pela Federação laboral, de sua remuneração. Os valores correspondentes serão recolhidos pelas Empresas até o 10º (décimo) dia após os descontos na Conta da Federação dos Empregados no Comércio e Serviços do Estado do Maranhão, Agência nº 2617, Conta-Corrente nº 46178-4, Banco Bradesco, a título de **CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL**, para a assistência a todos os trabalhadores abrangidos;

Parágrafo Segundo - As quantias descontadas e recolhidas a favor da Entidade Laboral, na forma desta Cláusula, denominar-se-ão Contribuição Negocial Laboral;

Parágrafo Terceiro - O aprendiz e o menor de 18 (dezoito) anos estão isentos dos descontos a que se refere esta Cláusula;

Parágrafo Quarto – Fica garantido o amplo direito de oposição ao desconto da contribuição estabelecida nesta Cláusula, devendo em **até 10 (dez) dias úteis** da data da assinatura da presente CCT o Empregado entregar na Federação dos Empregados a sua manifestação individual e escrita de oposição, mediante protocolo com assinatura e data do recebimento do representante, ou por qualquer dificuldade, o seu envio por meio de AR para o endereço da Federação dos Empregados no Comércio e Serviços do Estado do Maranhão ou através do e-mail: fecemasiz@hotmail.com e www.fecomerciarior-ma.com.br;

Parágrafo Quinto - O desconto efetuado a favor da Entidade Laboral constará na folha de pagamento ou documento equivalente com a denominação de **CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL LABORAL CCT 2022/2023**;

Parágrafo Sexto - Em caso de demanda contra as empresas relativa à contribuição prevista nesta cláusula, a Federação Laboral será a única responsável, devendo responder exclusivamente a ação administrativa perante os órgãos de controle do trabalho, auditores fiscais ou Ministério Público do Trabalho (MPT), bem como qualquer

demanda judicial que trate da presente cláusula seja individual, coletiva, ou proposta pelo MPT;

Parágrafo Sétimo – Na hipótese de a FECEMA – Federação dos Empregados no Comércio e Serviços do Estado do Maranhão, não ser incluída no polo passivo de eventuais ações, na forma preconizada no § 5º, do art. 611-A, da CLT, ou do processo administrativo, deverá o Empregador ou a Entidade Empresarial notificar a FECEMA, para que essa possa exercer seu direito de defesa.

Parágrafo Oitavo – Qualquer prejuízo decorrente de ação administrativa ou judicial que vier a ser causada às Entidades Empresariais ou Empresas representadas por esta, serão ressarcidas pela Federação Laboral, com correção monetária do valor correspondente, bem como das despesas processuais com custas, cópias e honorários advocatícios, e outros, que o Empregador, a Fecomércio/MA ou Sindicatos Patronais tiverem despendido para responder a ação judicial, no prazo de 8 (oito) dias, contadas do recebimento da decisão condenatória e dos comprovantes de recolhimento das contribuições e referidas despesas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

Nos termos da legislação vigente e considerando-se ainda a vinculação da representação sindical, a obrigatoriedade de participação das Entidades Sindicais nas negociações coletivas de trabalho e a deliberação em Assembléia geral da categoria, devidamente convocada nos termos estatutários, como expressão da autonomia privada coletiva, que autorizou a celebração da presente Convenção Coletiva, aplicável a todos os integrantes da categoria econômica representados pela Entidade Patronal conveniente, foi aprovada e instituída a CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL, para o custeio da representação sindical e das negociações coletivas, com fulcro no Artigo 513, alínea “e”, da CLT, conforme a seguinte tabela e condições:

| COMÉRCIO EM GERAL | | |
|--|---------------------|---------------|
| TAMANHO DO ESTABELECIMENTO SEGUNDO FAIXAS DE EMPREGADOS | CONTRIBUIÇÃO | |
| 0 EMPREGADOS | 10% | R\$ 121,20 |
| DE 1 A 4 | 15% | R\$ 181,80 |
| DE 5 A 9 | 25% | R\$ 303,00 |
| DE 10 A 19 | 30% | R\$ 363,60 |
| DE 20 A 49 | 35% | R\$ 424,20 |
| DE 50 A 99 | 55% | R\$ 666,60 |
| DE 100 A 249 | 150% | R\$ 1.818,00 |
| DE 250 A 499 | 300% | R\$ 3.636,00 |
| DE 500 A 999 | 550% | R\$ 6.666,60 |
| DE 1000 OU MAIS | 1.000% | R\$ 12.120,00 |

Parágrafo Primeiro – O recolhimento deverá ser efetuado até 31 de **MARÇO/2023**, exclusivamente em bancos, através de boleto bancário, que será fornecido à Empresa pela respectiva entidade patronal, do qual constará a data do vencimento;

Parágrafo Segundo – Na hipótese de recolhimento efetuado fora do prazo, o valor devido será acrescido da multa de 2% (dois por cento), além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês;

Parágrafo Terceiro – Esta contribuição abrange todos os estabelecimentos, matriz ou filial. Os valores a serem recolhidos obedecerão às tabelas contidas nesta Cláusula.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA – ACIDENTE DO TRABALHO (CAT)

Em caso de acidente do trabalho, a Empresa deverá comunicar ao INSS o acidente ocorrido com o seu empregado, através da emissão da (CAT), nos termos do Art. 22, da Lei 8.213/91.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA – SISTEMA DE SAÚDE DO TRABALHADOR

Fica instituído o Sistema de Saúde do Trabalhador do Comércio, sob a responsabilidade da Federação dos Empregados no Comércio e Serviços do Estado do Maranhão (Fecomerciários), com o objetivo de promover ações de saúde preventiva por meio da disponibilização de consultas médicas nas especialidades de clínica geral, ginecologia e pediatria, bem como exames clínicos como hemograma completo, glicemia, ureia, creatina, triglicérides, além dos serviços de odontologia através de limpeza dental, clareamento, extração e obturação.

Parágrafo Primeiro – O trabalhador do comércio representado na presente convenção que desejar ser beneficiário do Sistema de Saúde do Trabalhador do Comércio deverá comunicar à Empresa onde exerce suas atividades, que, por sua vez, terá o prazo de até 30 (trinta) dias para realizar o convênio com a Federação dos Empregados no Comércio e Serviços do Estado do Maranhão (Fecomerciários) e a vinculação do(s) referido(s) empregado(s);

Parágrafo Segundo – A partir da adesão ao Sistema de Saúde do Trabalhador do Comércio, o empregado autoriza que a empresa realize o desconto mensal no valor de **R\$ 25,00 (vinte e cinco reais)** do seu respectivo salário em favor da Federação dos Empregados no Comércio e Serviços do Estado do Maranhão (Fecomerciários).

Parágrafo Terceiro – A empresa obriga-se a promover o recolhimento dos descontos dos salários dos trabalhadores que aderirem ao Programa e, em contrapartida, realizar a contribuição adicional em favor da Fecomerciários de mais **R\$ 15,00 (quinze reais)** por cada trabalhador aderente ao Sistema.

Parágrafo Quarto – As empresas que já oferecem planos de saúde ou serviços similares aos seus empregados, ainda que com coparticipação, ficam desobrigadas a realizarem o convênio ou realizarem o pagamento da contribuição.

Parágrafo Quinto – A Federação dos Empregados no Comércio e Serviços do Estado do Maranhão (Fecomerciários) obriga-se a realizar, ~~semestralmente~~, a prestação de contas à

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Maranhão (Fecomércio-MA) e às empresas conveniadas referente às receitas aferidas e os serviços prestados, destacando um relatório com os números de consultas, exames e procedimentos realizados no período.

Parágrafo Sexto – Para cada dependente incluído no Sistema, o empregado autoriza o desconto de mais **R\$ 10,00 (dez reais)** do seu respectivo salário em favor da Federação dos Empregados no Comércio e Serviços do Estado do Maranhão (Fecomercários).

Parágrafo Sétimo – A Federação dos Empregados no Comércio e Serviços do Estado do Maranhão (Fecomercários) assume integral responsabilidade por demandas promovidas pelos comerciários, em sede judicial ou administrativa, no que se refere aos descontos estipulados nesta cláusula.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA – AUXÍLIO FUNERAL

No caso de falecimento o empregador auxiliará nas despesas de funeral com **1 (um) piso salarial** da Categoria Profissional, desde que seja o próprio empregado, ficando excluídos da obrigação os empregadores que mantenham seguro de vida gratuito, subsidiado ou que ofereçam condições mais favoráveis ao trabalhador.

CLÁUSULA QUADRAGESIMA NONA – REGISTRO NA CTPS DOS CONTRATOS DE EXPERIÊNCIA

Fica estabelecida a obrigatoriedade do registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social, inclusive do Contrato de Experiência, quando houver.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA – DISPENSA DA EMPREGADA GESTANTE

Fica vedada a dispensa imotivada ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA – PROTEÇÃO A MATERNIDADE

Fica vedado à Empresa, exigência a Atestado de Esterilidade e restrições ao direito da mulher ao seu emprego, por motivo de gravidez.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA – DIA DO COMERCIÁRIO

Fica estabelecido que não haverá expediente nas Empresas abrangidas pela presente Convenção Coletiva de Trabalho na **penúltima segunda-feira** do mês de **outubro de 2023**, dia **23.10.2023**, dedicado às Comemorações do “Dia do Comerciário” que será considerado de repouso remunerado.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA – PENALIDADES

Pelo não cumprimento das Cláusulas estabelecidas na presente Convenção Coletiva de Trabalho, fica fixada a penalidade não cumulativa, de multa no valor de **2 (dois) pisos salariais** da categoria, que será revertida em favor da parte prejudicada.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA – FISCALIZAÇÃO

Caberá à Superintendência Regional do Trabalho no Maranhão a fiscalização do cumprimento do disposto na presente Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA – VIGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá a duração de **01 (um) ano**, iniciando-se em **1º de novembro de 2022** e encerrando-se em **31 de outubro de 2023**, podendo ser prorrogada conforme procedimento previsto em Lei.

E, por estarem justos e contratados, assinam a presente Convenção Coletiva de Trabalho, em **03 (três) vias** de idêntico teor para os fins de direito.

São Luís (MA), 01 de Fevereiro de 2023.

**FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DO
MARANHÃO**

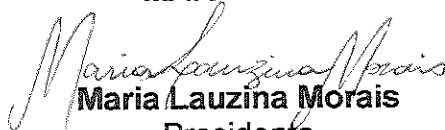


Mauricio Aragão Feijó

Presidente

CPF. 011.962.863-53

**FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO E SERVIÇOS DO ESTADO DO
MARANHÃO**



Maria Lauzina Moraes

Presidenta

CPF. 269.001.063-15